

OFÍCIO Nº 50/2022/VS/ANA  
Documento nº 02500.017207/2022-21

Brasília, 5 de abril de 2022.

Ao Senhor  
Sérgio Luiz Soares de Souza Costa  
Secretário Executivo  
Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH  
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, S/N - Zona Cívico-Administrativa, Sala 900  
70067-901 – Brasília – DF

**Assunto: Relatório sobre a aplicação dos recursos oriundos da CFURH, exercício orçamentário de 2021.**  
Referência: 02501.000313/2018

Senhor Secretário Executivo,

1. Informo que a Diretoria Colegiada da ANA, em sua 872ª Reunião Administrativa Ordinária, realizada no período de 29 de março a 1º de abril de 2022, em formato eletrônico, aprovou, por unanimidade a proposta do “Relatório - exercício 2021”, sobre a aplicação dos recursos provenientes da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH), referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de junho de 2000, conforme Nota Técnica nº 9/2022/GGES (Documento nº 02500.015528/2022).

2. Por oportuno, encaminho em anexo a cópia da referida Nota Técnica.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK  
Diretor-Presidente interino

NOTA TÉCNICA Nº 9/2022/GGES  
Documento nº 02500.015528/2022-91

Brasília, 28 de março de 2022.

Ao Gerente - Geral de Estratégia

**Assunto: Relatório sobre a aplicação dos recursos oriundos da CFURH - exercício 2021.**

Referência: 02501.000313/2018

1. Em atendimento ao inciso VIII do art. 2º da Resolução CNRH nº 21, de 14 de março de 2002, com redação dada pelo art. 2º da Resolução CNRH nº 189, de 29 de junho de 2017, que estabelece que a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA deve encaminhar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, até o dia 30 de março, as informações do exercício anterior sobre a aplicação dos recursos provenientes da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos - CFURH, referidos no inciso II do § 1º do Art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo Art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de junho de 2000, são apresentadas a seguir as informações relacionadas ao exercício de 2021.

2. A estrutura do documento está organizada da seguinte forma:

A. Valores estimados pela ANEEL para arrecadação da CFURH versus dotação orçamentária da ANA – Exercício de 2021;

B. Conformidade da alocação de recursos nas prioridades definidas pela Resolução CNRH nº 181, de 7 de dezembro de 2016;

**A. Valores estimados pela ANEEL para arrecadação da CFURH versus dotação orçamentária da ANA – Exercício de 2021;**

3. A Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que criou a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA com a finalidade de implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, em seu artigo 28 fez alterações no Art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, tendo sido definido que 0,75% do valor da energia hidrelétrica produzida ( $0,75\% \times \text{Energia gerada} \times \text{TAR}$ ) se constitui pagamento pelo uso de recursos hídricos e devem ser aplicados na implementação da PNRH. A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL é a instituição responsável pela apuração dos valores estimados a serem transferidos à ANA enquanto órgão que tem entre suas atribuições a respectiva implementação dessa política pública.

4. O quadro abaixo apresenta os valores do Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos referentes ao exercício de 2021 contidos na dotação orçamentária da Agência Nacional de Águas – ANA (UO 53210) para aplicação desses recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, assim como os divulgados no site da ANEEL.

**Quadro I – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos – Setor Elétrico**

Dotação inicial aprovada na LOA 2021 - R\$	Arrecadação acumulada até dezembro/2021– R\$	Arrecadação estimada pela ANEEL – R\$
195.749.432	198.877.271	197.725.636

1. Fonte: SIOP e <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/>

5. Como pode ser observado, houve um equilíbrio entre a estimativa de arrecadação feita pela ANEEL, o valor aprovado na LOA 2021 e o efetivamente arrecado até dezembro/2021.

6. Entretanto, cabe destacar que os recursos da dotação foram classificados pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF/ME na LOA 2021 como Resultado Primário 2, deixando de ser considerados recursos obrigatórios e, conseqüentemente, tiveram que observar o cronograma de execução mensal, constante no Decreto nº 10.699, de 14/5/2021, alterado pelo Decreto nº 10.709, de 29/5/2021. Nesse cronograma foram fixados, mês a mês, os valores que poderiam ser empenhados, inviabilizando assim a livre execução do orçamento. Além disso, permitiu que os recursos sofressem bloqueios ao longo do ano.

**B. Conformidade da alocação de recursos nas prioridades definidas pela Resolução CNRH nº 181, de 7 de dezembro de 2016;**

7. As prioridades para aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água para o exercício de 2021 foram definidas na Resolução CNRH nº 181/2016, de acordo com seu art. 1º abaixo reproduzido:

---

*Art. 1º Aprovar as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020 como resultado da segunda revisão do PNRH, complementando e atualizando o Volume IV - Programas Nacionais e Metas, conforme indicado no Anexo.*

---

8. Cabe ressaltar que a Resolução CNRH 216, de 11 de setembro de 2020, em seu Art. 1º prorrogou a vigência do PNRH até 31/12/2021 e as respectivas prioridades e metas estabelecidas para o ciclo 2016-2020.

9. Com intuito de apresentar os dados da aplicação de recursos da cobrança do exercício de 2021 foi elaborado quadro apresentando a correlação entre as Prioridades, Programas, Ações e Metas prevista na Resolução CNRH nº 181/2016 e as ações do Plano Gerencial Interno da Agência Nacional de Águas com seus dados orçamentários e financeiros, conforme apresentado no Quadro II a seguir:



Quadro II – Correlação dos Programas Priorizados do PNRH com as Ações do Plano Gerencial Interno da ANA

Resolução nº 181, de 7 de dezembro de 2016, que define a prioridade de aplicação dos recursos para 2020, promulgada pela Resolução CNRH nº 236, de 11 de setembro de 2020.													
Definidas por consulta na internet às entidades do SINGREH e à sociedade em geral			Definidas no Seminário Prioridades do PNRH realizado em Brasília em set/2016 e aprimoradas pela CTPNRH					Plano Gerencial Interno da ANA					
Prioridades	Programa/Subprograma PNRH	Objetivo/Escopo Básico	Ações	Metas até 2020	Executor(es)	Parcerias e interlocutores	Prazo	Ação	Subcomponente	LOA 2021	%	Empenhado R\$	Pago R\$
1. Desenvolver planejamento de longo prazo para a conservação e o uso racional das águas do país, considerando as mudanças climáticas	III.6 - Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos de água em classes de uso.	No âmbito federal, o subprograma deve financiar a elaboração de planos de recursos hídricos em bacias de rios de domínio da União. Já no que concerne aos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, o financiamento por parte da União deve manter-se seletivo para regiões e Estados com menor capacidade institucional instalada.	Desenvolver indicadores para o monitoramento da implementação dos planos de recursos hídricos.  Desenvolver ações de sensibilização, mobilização e envolvimento da sociedade na elaboração, revisão e acompanhamento da implementação dos planos de recursos hídricos.					P007 - Apoio à Implementação de Planos de Recursos Hídricos	Monitoramento e/ou avaliação da implementação de planos de recursos hídricos em áreas prioritárias: bacias do Pano-Piranhas-Açu; Verde Grande; Paraíba do Sul; Parapanema; Paraguai; Doce; e Grande. Publicação do Manual de Avaliação de Planos de Bacias Hidrográficas.	R\$ 0	0,0%	R\$ 0	R\$ 0
2. Promover a melhoria da disponibilidade das águas em quantidade e qualidade, visando a sua conservação e adequação aos diversos usos.	III.6 - Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos de água em classes de uso.	No âmbito federal, o subprograma deve financiar a elaboração de planos de recursos hídricos em bacias de rios de domínio da União. Já no que concerne aos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, o financiamento por parte da União deve manter-se seletivo para regiões e Estados com menor capacidade institucional instalada.	Promover a articulação entre os planos de gestão territorial e municipal de saneamento com o enquadramento dos corpos d'água.  Definir metodologia para a estimativa do lançamento das cargas difusas em corpos d'água.  Avaliar e desenvolver métodos de diminuição de perdas de água no sistema de distribuição.	Elaborar estudo para o estabelecimento de índices de uso racional da água para os setores saneamento, irrigação e indústria (atende também à prioridade 3).	ANA	MMA, CTCT/CNRH, CBHs	dez/20	P007 - Apoio à Implementação de Planos de Recursos Hídricos	Aporte de recursos por meio do projeto de cooperação técnica internacional para a implementação das ações previstas nos planos de bacia BRA/IICA 18/001	R\$ 558.453	0,4%	R\$ 523.510	R\$ 523.510
3. Ampliar o conhecimento a respeito dos usos das águas, das demandas atuais e futuras, além dos possíveis impactos na sua disponibilidade, em quantidade e qualidade.	III.1 - Cadastro Nacional de Usos e Usuários	Promover amplo cadastramento de usos e usuários de recursos hídricos no país, apoiado e de forma coordenada com os órgãos estaduais. Ampliação, consolidação e consistência de todos os cadastros sobre usos e usuários de recursos hídricos (federal e estaduais) e campanhas de regularização. Para tanto, cabe a definição de metodologias mais adequadas para a realização dos cadastros, incluindo aquela utilizada nos trabalhos realizados nas bacias do Paraíba do Sul e do São Francisco, em cooperação com os órgãos gestores estaduais.	Desenvolver indicadores para a avaliação da função social e econômica do uso da água, observando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).  Dar continuidade aos estudos das Contas Econômicas e Ambientais da Água (ANA/IBGE).  Divulgar, em linguagem acessível, informações sobre oferta hídrica, usos da água e balanço hídrico.  Promoções de fortalecimento dos estados com vistas à regularização dos usos da água nas bacias hidrográficas (atende também às prioridades 6 e 12).	Divulgar estatísticas e dados atualizados de oferta hídrica, usos da água e balanço hídrico, por região ou bacia hidrográfica, de forma acessível a toda a população.	ANA e CBHs	MMA	dez/18	E001 - Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos	Cooperação em Tecnologias para análises Hidrológicas em Bacia Nacional (TED 05_2019-UFRGS) - COHID	R\$ 1.297.470	0,8%	R\$ 1.297.470	R\$ 1.297.470
									Apoio à revisão e atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Doce	R\$ 1.381.323	0,9%	R\$ 1.381.323	R\$ 1.035.992
									Apoio técnico para a revisão, simultânea, dos ciclos de implementação do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Unidade de Gestão de Recursos Hídricos Parapanema (PNRH-Parapanema) e do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Pano-Piranhas-Açu (PNRH-Pano-Piranhas-Açu).	R\$ 511.500	0,3%	R\$ 511.500	R\$ 279.000
									Contratação de prestação de serviço técnico para o desenvolvimento de projeto gráfico, ilustração, editoração e diagramação do conteúdo das publicações vinculadas ao Conjunto dos Recursos Hídricos do Brasil – relatório pleno 2021 e ao Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040.	R\$ 0	0,0%	R\$ 0	R\$ 0
									Levantamento da Agricultura Irrigada Baseado em Produtos de Sensoriamento Remoto para Atualização e Aprimoramento do Atlas de Irrigação	R\$ 832.000	0,5%	R\$ 832.000	R\$ 0
									Desenvolvimento de métodos e bases de dados para aprimoramento da Base Nacional de Usos Consoantes da Água da ANA	R\$ 900.000	0,6%	R\$ 900.000	R\$ 900.000
									Atualização do Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água (CT 030_2018 - Consórcio Engecorps_TPF_Profil)	R\$ 1.717.641	1,1%	R\$ 1.717.641	R\$ 1.717.641
									D001 - Cooperação Nacional e Internacional em Recursos Hídricos	R\$ 5.720.000	3,7%	R\$ 4.002.914	R\$ 3.526.287
									I001 - Gerenciamento do Sist. Nac. de Inf. sobre Rec. Hídricos	R\$ 35.058.217	22,5%	R\$ 29.455.048	R\$ 18.312.741
									Prestação de serviços técnicos de apoio à fiscalização e à regulação de usos de recursos hídricos em campo nas regiões: Piranhas_Açu, Pardo, Verde Grande, São Mateus	R\$ 511.500	0,3%	R\$ 21.250	R\$ 11.250
6. Estabelecer critérios de autorização para o uso da água e fiscalização dos usuários, considerando as particularidades das bacias hidrográficas.	III.4 - Metodologias e sistemas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos III.5 - Subprograma Nacional de Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos	Estabelecimento de um conjunto de regras de uso da água e de procedimentos de outorga, de forma articulada entre os órgãos gestores e com usuários de recursos hídricos, que possibilitem a regularização dos usos existentes e o fornecimento sustentável de água para os diversos fins, em um determinado horizonte de tempo, tendo como base as diretrizes emanadas de planos de recursos hídricos. Organizar ações sistemáticas de fiscalização, pautadas pelas perspectivas preventivas e de orientação aos usuários de recursos hídricos, como ação inerente à regulação dos direitos de uso de recursos hídricos.	Promover processos de alocação negociada de água para bacias em situação de escassez, estabelecendo critérios de restrição de uso e ações de gestão.  Promoções de fortalecimento dos estados com vistas à regularização dos usos da água nas bacias hidrográficas.	Realizar campanha de regularização de usuários em pelo menos 1 nova bacia hidrográfica interestadual.	ANA e CBHs	Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos	dez/20	F001 - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos		R\$ 511.500	0,3%	R\$ 21.250	R\$ 11.250
								G008 - Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Ag. em BH	Estudos sobre cobrança para a bacia do Rio Grande	R\$ 414.301	0,3%	R\$ 414.301	R\$ 248.581
								G008 - Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Ag. em BH	Meta do PROGESTÃO	R\$ 23.805.482	15,3%	R\$ 23.805.482	R\$ 22.179.318
								R001 - Regulação dos Usos de Rec. Hídric. dos Serv. de Irrigação e Adução de Água Bruta e Seg. de Barragens	Vários	R\$ 1.708.306	1,1%	R\$ 958.117	R\$ 160.100
7. Identificar, avaliar e propor ações para áreas com risco de ocorrência de inundações secas, entre outros eventos extremos relacionados à água, que gerem situações adversas à população.	VI.1 - Gestão em áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos críticos.	Definir áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos críticos e organizar ações integradas e intervenções de natureza multidisciplinar que possibilitem a mitigação e a gestão apropriada de tais eventos, reduzindo seus impactos ambientais e socioeconômicos. ... Essa linha de atuação requer forte articulação interestadual, seja pela alocação de água em situações de escassez, seja pelas intervenções e políticas multisetoriais requeridas para controle de cheias (uso do solo, por exemplo).	Manter e aprimorar os sistemas de monitoramento e alerta em tempo real para eventos de cheia (salas de situação).  Coordenar a operacionalização do monitor de secas do Nordeste, em conjunto com órgãos federais e estaduais responsáveis pelo monitoramento hidrometeorológico.	Elaborar e aprovar Plano de Gerenciamento de Riscos para bacias hidrográficas piloto, em pelo menos duas regiões, com ações preventivas e de contingência e atendimento a emergências para eventos extremos (secas e inundações) e considerando os diferentes planos, entre eles: Plano de Segurança da Água, Plano de Segurança Hídrica, Plano Municipal de Saneamento, Plano de Segurança de Barragens e planos setoriais.	ANA	MMA, MI e MCidades	dez/20	R002 - Intervenções emergenciais para efetivação dos processos de alocação de água	Vários	R\$ 1.061.549	0,7%	R\$ 384.083	R\$ 234
								R003 - Regulação do Projeto de Integração do Rio São Francisco - RJSF	Termo Aditivo ao TED nº4/2020/ANA - Estudo sobre o custo da água de transposição e outros	R\$ 817.463	0,5%	R\$ 796.760	R\$ 516.260
								F002 - Fiscalização do Uso de Rec. Hídricos e da Seg. de Barragens	Vários	R\$ 5.899.679	3,8%	R\$ 2.436.723	R\$ 1.176.709



8. Ampliar e fortalecer a participação da sociedade na gestão das águas.	II.1 - Organização e apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos II.2 - Apoio à organização de Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	Refere-se à atuação do CNRH, de suas câmaras técnicas, de comitês federais e Agências de Água, além dos órgãos federais intervenientes, nomeadamente SRH, ANA e também Ibama, para os quais deve ser traçada uma adequada divisão de encargos e formas de mútua articulação e cooperação. A principal linha de atuação será o fortalecimento de órgãos estaduais gestores e, por intermédio deles, a estruturação das demais instâncias que compõem os SEGRHs, como conselhos estaduais, comitês e Agências de Água.		Implementar, por meio de capacitação, redes de representatividade para os membros do SINGREH.	MMA	ANA, CNRH	dez/18	G007 - Capacitação para a Gestão de Rec. Hídricos	Vários	R\$ 1.883.367	1,2%	R\$ 1.623.899	R\$ 1.463.705
								G008 - Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Ag. em BH	Programa Procomitês	R\$ 5.630.000	3,6%	R\$ 5.630.000	R\$ 5.630.000
									Termo de Colaboração nº 001/2020 - ADESE/CBH - para instalação e operacionalização de Escritório de apoio ao CBH Piancó-Piranhas-Açu	R\$ 734.162	0,5%	R\$ 734.162	R\$ 734.162
									Termo de Colaboração para apoio às ações do CBH Grande	R\$ 755.732	0,5%	R\$ 755.732	R\$ 755.732
									Recurso adicional para entidade delegatária - Contrato de Gestão nº 035/2020 - CBH Paranaíba	R\$ 375.774	0,2%	R\$ 375.774	R\$ 0
9. Compartilhar informações, em linguagem clara e acessível, a respeito da situação da qualidade e quantidade das águas e da sua gestão.	III.8 - Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos.  IV.3 - Comunicação e difusão de informações em gestão integrada de recursos hídricos.  XIII - Programa de Gerenciamento Executivo e de Monitoramento e Avaliação da Implementação do PNRH.	Apoiar executivamente, monitorar e avaliar o processo dinâmico de implementação do PNRH, mediante os instrumentos e os indicadores adequados, para identificar as correções de rumo e os ajustes que se mostrem necessários.		Divulgar anualmente o relatório de conjuntura dos recursos hídricos no Brasil.	ANA		anual	E001 - Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos	Contratação de prestação de serviço técnico para o desenvolvimento de projeto gráfico, ilustração, editoração e diagramação do conteúdo das publicações vinculadas ao Conjuntura dos Recursos Hídricos do Brasil – relatório pleno 2021 e ao Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040.	R\$ 12.254	0,0%	R\$ 12.254	R\$ 12.254
10. Ampliar o conhecimento sobre a ocorrência de chuvas e sobre a quantidade e qualidade das águas superficiais e subterrâneas.	III.2 - Rede hidrológica qualitativa nacional.  VI.3 - Gestão de demandas, resolução de conflitos, uso múltiplo e integrado de recursos hídricos.	Trata da expansão, da modernização, da adequação, da operação e da manutenção da rede nacional de dados hidrológicos e de qualidade da água, operada sob responsabilidades compartilhadas entre a União e os Estados, mediante convênios específicos. Atuar de modo proativo sobre a gestão de demandas por recursos hídricos com intuito de mitigar conflitos instalados e potenciais, proporcionando o uso múltiplo e integrado das águas, sempre tendo em vista a ampliação de benefícios sociais e a redução de impactos sobre o meio ambiente.	Investir em monitoramento qualitativo de água superficial e subterrânea.  Promover a consolidação e o aprimoramento dos sistemas estaduais de monitoramento dos recursos hídricos.  Integrar o monitoramento de águas superficiais e subterrâneas aos procedimentos de gestão, planos e outorga.  Identificar e georeferenciar mananciais e áreas prioritárias para abastecimento.	Elaborar pelo menos um estudo de aquíferos da região amazônica no que se refere à capacidade/potencial.  Analisar a rede hidrometeorológica nacional atual e propor sua revisão a partir de critérios técnicos, com início pelas bacias dos Rios Madeira e Paraguai.	MMA	ANA, CTAS/CNRH	dez/20	P002 - Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais	Avaliação hidrogeológica da região metropolitana de Belém e Manaus	R\$ 1.040.857	0,7%	R\$ 1.020.166	R\$ 920.604
					ANA	CPRM, Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos	dez/20	H002 - Operação da Rede Hidrometeorológica	Vários	R\$ 47.853.806	30,8%	R\$ 46.575.901	R\$ 29.671.418
								H003 - Rede Nac. de Monit. da Qualidade das Águas Superficiais	Vários	R\$ 11.122.700	7,2%	R\$ 10.986.291	R\$ 2.586.588
11. Destinar recursos financeiros para a implantação de projetos de instituições públicas ou privadas e pessoas físicas que promovam a recuperação e conservação de bacias hidrográficas.	III.7 - Aplicação de instrumentos econômicos à gestão de recursos hídricos  VI.5 - Conservação de solos e águas – manejo de microbacias no meio rural.	Empreender estudos sobre alternativas de instrumentos econômicos de gestão, além do foco na implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos em bacias prioritárias, no intuito de ampliar o arsenal de mecanismos de gestão descentralizada de recursos hídricos.  Implementar programas integrados no meio rural que propiciem o ajustamento entre os padrões produtivos de atividades da agropecuária e da aquicultura à conservação dos recursos naturais, em especial dos solos e das águas – e para a recuperação de matas ciliares, inclusive –, concorrendo complementarmente para o incentivo ao associativismo e à consolidação de arranjos institucionais que assegurem a adoção e a sustentação de tecnologias de produção ambientalmente adequadas.	Implantar projetos de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA.  Recuperar bacias hidrográficas prioritárias.  Elaborar e iniciar a implementação do Plano de Recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.  Criar mecanismo de investimento reembolsável, como é previsto em Lei.	Implantar ao menos 2 novos projeto de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, incluindo projetos para áreas de nascentes e para áreas de recarga de aquíferos.	ANA		dez/20	P006 - Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água	Apoio a projetos do Programa Produtor de Água	R\$ 2.100.000	1,4%	R\$ 540.111	R\$ 36.317
Prioridade definida pela CTPNRH			Ações e metas definidas pela CTPNRH						21 METAS - TOTAL	R\$ 155.478.908	100,0%	R\$ 138.793.488	R\$ 94.237.804

	LOA 2021	EMPENHADO	LIQUIDADO
Recursos em conformidade com o CNRH	155.478.908	138.793.488	94.237.804
2000 - Administração da Unidade	14.529.530	14.184.490	13.620.972
219R - Melhoria da Qualidade Regulatória do Setor de Saneamento	94.101	43.752	43.752
Reserva de Contingência	615.130	-	-
Demais Ações finalísticas da Agência	5.192.127	334.704	302.535
TOTAL DE RECURSOS DA COBRANCA	175.909.796	153.312.682	108.161.311

10. A análise do Quadro II indica que as ações do Plano Gerencial Interno - PGI da Agência contribuem para a implementação de mais de uma prioridade do Plano Nacional de Recursos Hídricos, como é o caso da ação E001 – Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos, I001 – Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, P007 - Apoio à Implementação de Planos de Recursos Hídricos, D001 - Cooperação Nacional e Internacional em Recursos Hídricos, G007 – Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos, R001 – Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta, F001 – Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos e H002 – Operação da Rede Hidrometeorológica.

11. As evidências de utilização adequada e integrada dos recursos estão presentes na manutenção da maioria dos projetos, cabendo destacar os programas nacionais (PROGESTÃO, PROCOMITÊS, QUALIÁGUA E MONITOR DE SECAS), a realização de estudos e geração de informações (SNIRH, CONJUNTURA e Estudos setoriais) e de monitoramento hidrológico (REDE HIDROMETEOROLÓGICA NACIONAL).

12. Considerando a dotação recebida pela ANA, 79% dos recursos oriundos do pagamento pelo uso dos recursos hídricos foram alocados em conformidade com as prioridades definidas na Resolução CNRH nº 181/2016. Se considerarmos os gastos efetivamente empenhados no exercício, 71% dos recursos foram gastos em observância a essas prioridades.

13. Como demonstram os dados de conformidade de execução dos gastos dos últimos cinco anos, apresentados e já apreciados anteriormente pelo CNRH, a execução deste exercício foi menor em relação ao exercício anterior, que já havia sido menor em relação aos exercícios anteriores, grande parte devido à Pandemia SARS Cor - Covid-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde – OMS em 12 de março de 2020 e que trouxe inúmeras dificuldades para a execução das operações e dos projetos em curso na Agência, em especial às atividades de campo.

2017	2018	2019	2020	2021
<b>PRIORIDADES</b> Res. CNRH nº 166, de 29/06/2015	<b>PRIORIDADES</b> Res. CNRH nº 189, de 29/06/2017	<b>PRIORIDADES</b> Res. CNRH nº 189, de 29/06/2017 Res. CNRH nº 181, de 07/12/2016	<b>PRIORIDADES</b> Res. CNRH nº 181, de 07/12/2016	<b>PRIORIDADES</b> Res. CNRH nº , de
<b>ESTIMATIVA ANEEL</b> 172.810.015	<b>ESTIMATIVA ANEEL</b> 164.933.925	<b>ESTIMATIVA ANEEL</b> 194.652.754	<b>ESTIMATIVA ANEEL</b> 209.303.115	<b>ESTIMATIVA ANEEL</b> 197.725.636
<b>DOTAÇÃO</b> 277.380.472	<b>DOTAÇÃO</b> 167.427.217	<b>DOTAÇÃO</b> 200.183.137	<b>DOTAÇÃO</b> 206.783.910	<b>DOTAÇÃO</b> 195.749.432
<b>EMPENHADO</b> 252.361.197	<b>EMPENHADO</b> 165.051.938	<b>EMPENHADO</b> 182.091.404	<b>EMPENHADO</b> 167.597.334	<b>EMPENHADO</b> 138.793.488
<b>APLICADO NAS PRIORIDADES DO CNRH</b> 78% e 93%	<b>APLICADO NAS PRIORIDADES DO CNRH</b> 79%	<b>APLICADO NAS PRIORIDADES DO CNRH</b> 91%	<b>APLICADO NAS PRIORIDADES DO CNRH</b> 80%	<b>APLICADO NAS PRIORIDADES DO CNRH</b> 71%

14. Em relação à observância dos limites estabelecidos pela lei nº 9433/1997 para as despesas de custeio administrativo, a ANA observou o limite de sete e meio por cento. Esses gastos estão demonstrados na ação 2000 – Administração da Unidade e totalizaram despesas empenhadas no valor de R\$ 14.184.490,00, que representa 7,3% da dotação orçamentária oriunda do pagamento pelo uso dos recursos hídricos.

15. Adicionalmente, observando a transparência da utilização do conjunto dos recursos administrados pela ANA, são apresentados no Quadro III por ação/plano orçamentário da LOA e respectivas ações do Plano Gerencial Interno com dados segregados por grupo de



natureza de despesa, sendo 3 – Outras Despesas Correntes e 4 - Investimentos. Os conceitos dos dois grupos são apresentados abaixo, segundo o Manual Técnico do Orçamento de 2019:

*“3 - Outras Despesas Correntes*

*Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.*

*4 - Investimentos*

*Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. “*

16. Cabe esclarecer que a execução de contratos de prestação de serviços como consultorias, elaboração de estudos e diagnósticos, licenças de software e os contratos do PROGESTÃO, PROCIMITÊS e RNQA são classificados como despesas correntes.

**Quadro III – Dados da Execução Orçamentária por Grupo de Natureza de Despesas**

Execução até 31/12/2021 (Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos - Fonte 183)									
LOA	UORG	AÇÃO NO PGI	GND	LOA 2021 + Créditos (A)	Em processo (B)	% (C)= B/A	Empenhado (D)	% (E)= D/A	Liquidado e Pago (F) (G)= F/A
2000.0000		2000 - Administração da Unidade	3	14.049.415	14.049.415	100%	13.854.407	99%	13.558.132
			4	480.115	448.143	93%	330.083	69%	62.840
2000.0001	SAF	2000 - Capacitação de Servidores Púb. Fed. em Proc. de Qualif. e Requalificação	3	207.000	191.797	93%	194.829	94%	194.829
2000.0002		2000 - Implementação da A3P	3	0	0	0%	0	0%	0
20WI.000E	GAB	D001 - Cooperação Nacional e Internacional em Recursos Hídricos	3	5.720.000	5.532.596	97%	4.002.914	70%	3.526.287
2000.0003		2000 - Implementação do Programa Pro-Equidade de Gênero	3	7.750	7.750	100%	7.750	100%	7.750
219R.0000	SEC	S001 - Melhoria da Qualidade Regulatória do Setor de Saneamento	3	94.101	80.000	85%	43.752	46%	43.752
2378.0000		H002 - Operação da Rede Hidrometeorológica	3	43.572.201	42.423.335	97%	42.423.335	97%	29.047.178
			4	4.281.605	4.247.729	99%	4.152.566	97%	624.240
20WI.000D	SGH	H003 - Rede Nac. de Monit. da Qualidade das Águas Superficiais	3	9.197.700	9.102.988	99%	9.061.291	99%	2.586.588
			4	1.925.000	1.925.000	100%	1.925.000	100%	0
20WI.0000B	SOE	U001 - Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	3	1.775.372	1.286.200	72%	1.101.077	62%	541.931
20WI.0006		G007 - Capacitação para a Gestão de Rec. Hídricos	3	1.883.367	1.652.921	88%	1.623.899	86%	1.463.705
20WI.0009	SAS	G008 - Apoio aos Comitês, Agências de Bacia Hidrográfica e Órgãos Gestores Estaduais	3	33.745.016	31.974.452	95%	31.741.865	94%	29.559.207
20WI.000J		P001 - Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas - PRODES	3	0	0	0%	0	0%	0
20WI.0002		P002 - Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais	3	1.040.857	1.032.556	99%	1.020.166	98%	920.604
20WI.0007	SIP	P006 - Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água	3	1.808.600	336.259	19%	248.711	14%	36.317
			4	291.400	291.400	100%	291.400	100%	0
20WI.000I		P007 - Apoio à Implementação de Planos de Recursos Hídricos	3	558.453	523.510	94%	523.510	94%	523.510
20WI.0001	STI	I001 - Gerenciamento do Sist. Nac. de Inf. sobre Rec. Hídricos - SNIRH	3	27.858.217	26.990.096	97%	24.825.048	89%	18.232.741
			4	7.200.000	4.754.617	66%	4.630.000	64%	80.000
20WI.0004	SPR	E001 - Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos	3	9.600.000	9.600.000	100%	6.714.147	70%	5.287.146
			4	0	0	0%	0	0%	0
20WI.0008		F001 - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos	3	511.500	408.617	80%	21.250	4%	11.250
4926.0002	SFI	F002 - Fiscalização do Uso de Rec. Hídricos e da Seg. de Barragens	3	5.849.679	5.168.083	88%	2.436.723	42%	1.176.709
			4	50.000	0	0%	0	0%	0
4926.0001		R001 - Regulação dos Usos de RH, dos Serv. de Irrig. e Adução de Água Bruta e Seg. de Barragens	3	1.708.306	1.086.850	64%	958.117	56%	160.100
4926.0003	SRE	R002 - Intervenções Emergenciais para Efetivação dos Processos de Alocação de Água	3	1.061.549	774.533	73%	384.083	36%	234
4926.0006		R003 - Regulação do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF	3	817.463	816.914	100%	796.760	97%	516.260
0200.0000		0200 - Reserva de Contingência - financeira	9	615.130	0	0%	0	0%	0
TOTAL GERAL		TOTAL GERAL		175.909.796	164.705.761	94%	153.312.682	87%	108.161.311

Fonte: SIAFI Gerencial e SISPLANA, posição em 31/12/2021.

Nota: (\*) Correspondem as Despesas de Custeio Administrativo (referentes ao parágrafo 1º do artigo 22 da Lei 9.433/1997)

17. Desta forma, **propõe-se** que o processo seja encaminhado à Diretoria Colegiada para **deliberação**, posteriormente, encaminhe-se esta Nota Técnica ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
CLÁUDIA FERNANDA DAS NEVES OLIVEIRA  
Coordenadora de Planejamento Institucional

De acordo. Encaminhe-se à SGE.

(assinado eletronicamente)  
NAZARENO MARQUES DE ARAÚJO  
Gerente-Geral de Estratégia